

ACTA N.º 4/2007

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de dois mil e sete, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
2. **ACTUAÇLIZAÇÃO DA LISTAGEM DOS CARGOS EXERCIDOS NAS DIVERSAS ENTIDADES PELOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL – Para Conhecimento;**
3. **APROVAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA, DE 27.07.07;**
4. **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA. INFORMAÇÃO Nº. 148/DRO/2007;**
5. **APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJECTO DE REGULAMENTO DE OBRAS E TRABALHOS NO SUBSOLO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL. PROPOSTA N.º 84/GAPV/07;**
6. **ALIENAÇÃO, MEDIANTE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO, DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITUADOS NA FONTE DO LEITE, E DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJECTO URBANÍSTICO, O QUAL DEVERA CONTEMPLAR UMA ZONA COMERCIAL E UM CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES; - ESCLARECIMENTO DÚVIDAS SURGIDAS NA INTERPRETAÇÃO DOS ELEMENTOS PATENTEADOS; - RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS. - RATIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO MUNICIPAL. PROPOSTA Nº 85/GAPV/07;**
7. **DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A VIGORAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008. PROPOSTA Nº. 93/GAPV/2007;**
8. **ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL – BAIRRO DOS FORTES E BAIRRO DE CASAS DOS MONTES. PROPOSTA Nº 92/GAPV/07;**
9. **APROVAÇÃO DA CARTA DESPORTIVA DO MUNICÍPIO DE CHAVES INFORMAÇÃO N.º 336/DED/07.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

Francisco António Taveira Ferreira
Júlio Augusto Morais de Montalvão Machado
Francisco António Chaves de Melo
Francisco António Pinto de Barros
António Barreira Batista

A acta número quatro, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados. *Posta à votação foi aprovada por maioria com sete abstenções, por ausência na última Assembleia.*



O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente de um ofício enviado pelo Senhor Governador Civil de Vila Real, junto ao qual remete uma “Moção” subordinada ao título “Ano Europeu da Igualdade e Oportunidade para todos”, aprovada na Assembleia de Povoação em S. Miguel – Açores - que leu, tendo sido decidido que os líderes dos Grupos Municipais apresentassem uma “Moção” conjunta sobre o tema, para remeter ao Senhor Governador Civil. Este documento foi remetido aos Grupos Municipais.

Iniciou-se o “**Período Antes da Ordem do Dia**”

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** leu o requerimento entregue à Mesa pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, através do qual requer que o Ponto 9 - da Agenda de Trabalhos - *APROVAÇÃO DA CARTA DESPORTIVA DO MUNICÍPIO DE CHAVES INFORMAÇÃO N.º 336/DED/07*, seja adiado para a próxima reunião da Assembleia Municipal, por ser um documento estratégico e carecer de uma análise aprofundada que permita a sua discussão com mais profundidade e, eventualmente a apresentação de propostas de alteração.

Foi autorizada a entrada do requerimento

Sobre este assunto nenhum deputado fez qualquer intervenção, apenas o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** depois de cumprimentar os presentes, esclareceu que da parte da Câmara Municipal não haveria qualquer inconveniente no seu adiamento, desde que não fossem colocados em causa trabalhos que estão a ser desenvolvidos, nomeadamente Planos e Projectos relativos à zona Urbana Desportiva.

Estaremos abertos e receptivos a alterações e propostas que venham à discussão sobre este documento, na próxima Assembleia Municipal.

Posto à votação foi aprovado por unanimidade o adiamento do Ponto 9 para a agenda de trabalhos da próxima Assembleia Municipal.

Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL DOS ANJOS MONTALVÃO MACHADO do PSD - disse não ter estado presente na sessão da última Assembleia Municipal, por motivos pessoais, mas que leu a acta e verificou que ocorreram pequenas “querelas” orais entre vários deputados, relacionadas com a UTAD.

Como bem disse o Senhor deputado Manuel Cunha «por causa da Universidade da cidade de Vila Real», como sempre foi, quero expressar a minha opinião sobre este assunto. Na verdade para fazer uma história triste, basta reler as actas das Assembleias dos últimos trinta anos. Desde o Instituto Politécnico de Vila Real, transformado mais tarde em Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, até hoje, todos os responsáveis do Município de Chaves, para não dizer todos os do Alto Tâmega se deixaram enganar pelas promessas dos Senhores Reitores.

As pessoas que, ou não são de Chaves, ou têm a memória curta e não conhecem a história recente da nossa cidade, ainda podiam acreditar nas “boas” intenções dos Senhores Reitores, mas os verdadeiros Flavienses sabem que de Vila Real não se pode contar com nenhuma promessa favorável a Chaves. A prová-lo está o facto do número de estudantes do Ensino Superior em Chaves ser estacionário. Teria sido melhor a vinda do Ensino Universitário Privado, a exemplo do que fizeram os Municípios de Macedo de Cavaleiros e Mirandela, que depois disso evoluíram e hoje é notória a diferença.

Julgo que é importante para todos os deputados municipais demonstrarem que acima das bandeiras político-partidárias está o interesse do nosso Concelho. Se tivéssemos 3.000 universitários, além de darem uma lufada de ar jovem, contribuíam para animar o comércio e a restauração.



Quero lembrar, mais como achega, que ao longo das auto-estradas é vulgar verem-se grandes painéis publicitários, principalmente junto dos principais aglomerados, referindo os monumentos mais importantes ali existentes. No nosso Concelho, em plena A24 justificavam-se perfeitamente dois painéis no sentido Vidago – Chaves e dois no sentido Fronteira – Chaves, que poderiam representar, por exemplo, a “Ponte Romana”, o “Forte de S. Neutel”, a “Igreja da Misericórdia”, a “Buvete das Termas”, a “Igreja Românica de Outeiro Seco” ou qualquer outro monumento.

A divulgação das nossas belezas é muito importante, quer para conhecimento de quem nos visita, quer para o desenvolvimento do turismo. Não sei o Município pode ajudar a desbloquear esta aspiração junto da AENOR ou junto da Empresa Estradas de Portugal.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e disse que no início deste novo ano político, pareceu-lhes importante que fosse feito algum balanço do que se está a passar ao nível do nosso Concelho, uma vez que é desejo de todos os deputados municipais, pautar o Concelho por níveis de crescimento e desenvolvimento que lhe permitam ser competitivo com outros Concelhos a nível nacional.

Todos nós sabemos que a área do Turismo é uma área estratégica e fundamental; temos tido alguns investimentos de carácter público, que avaliamos como positivos, nomeadamente a A24 que facilita a movimentação das pessoas, do interior do Concelho para o exterior, mas mais importante do exterior para o interior do Concelho.

Gostaríamos de colocar ao Senhor Presidente da Câmara a questão das acessibilidades da nossa cidade para a A24. Parece-nos que neste capítulo estamos algo atrasados, o que em nada vai beneficiar o que todos nós desejamos e que é o desenvolvimento do nosso Concelho, nomeadamente as acessibilidades conhecidas pelos “Nó de Sanjurge”, e “Nó da Pastoria”. Estes acessos intra-municipais não estão devidamente cuidados e gostaríamos que o Senhor Presidente nos esclarecesse relativamente ao projecto de investimento nas circulares externas à cidade, que vão permitir um fluxo de tráfego bastante mais simplificado, com as vantagens que daí advêm. Gostamos de ter boas ligações aos demais municípios e ao país em geral, mas o nosso sentido de coesão territorial inicia-se dentro do nosso próprio Concelho. E aqui gostaríamos de ver a valetas devidamente limpas, as estradas bem revestidas e com bons tapetes asfálticos, que nos permitam uma fácil mobilidade.

Relativamente ao Programa Polis a maioria das cidades que se candidataram e usufruíram deste Programa têm níveis de execução razoáveis, sofreram alterações estruturais extremamente importantes; não estamos a criticar o que está feito, só queremos saber qual é o nível de execução do Programa, neste momento, qual o calendário do seu término e os custos previstos para a fase seguinte.

Porque o Concelho é constituído por pessoas, que estão acima de interesses político - partidários e porque nos interessa a sua qualificação também temos alguma preocupação relativamente ao Ensino Superior em Chaves. Sabemos que a nível nacional houve um aumento do número de candidatos às universidades e gostávamos de saber a situação relativamente ao Pólo de Chaves; sabemos que o Curso de Turismo Recreação e Lazer preencheu as suas vagas, o que nos parece importante porque a área do Turismo é fundamental para o desenvolvimento estratégico do Concelho. Gostávamos de saber o que se perspectiva em relação ao Pólo da UTAD em Chaves e também ao futuro da Escola de Enfermagem, uma vez que houve uma alteração na sua Direcção. O Senhor Presidente da Câmara disse-nos que essa alteração correspondia também a uma alteração de paradigma e gostávamos que nos esclarecesse esta alteração.



MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – referiu-se à limpeza de uma parte das margens da “Barragem de Valdanta” feita, oportunamente, pela juventude comunista.

Esse facto foi objecto de notícia num jornal e, em nome da verdade, não poderia deixar de dizer aqui que esses trabalhos de limpeza tiveram o apoio da Junta de Freguesia de Valdanta e da Câmara Municipal.

Isto é apenas mais um exemplo das pequenas coisas que podiam ser feitas; é uma zona onde muita gente vai nas suas horas de lazer e que continua sem um recipiente para o lixo, sem um espaço de apoio e sem um projecto. Seria importante verificar se através da Junta de Freguesia, da Câmara ou até da Comissão Regional de Turismo, não haveria possibilidade de candidatura a um projecto para aquela zona.

Na presa de Curalha, por onde passa todos os dias, chama-lhe a atenção da quantidade de espuma que corre no rio. Deveria averiguar-se a origem deste elemento estranho que pode estar a poluir o curso de água no local.

Anunciou que o Partido Comunista nos finais do mês de Novembro de 2007 vai organizar em Lisboa uma grande conferência sobre o desenvolvimento económico e social, que é o contributo do seu Partido para um projecto de sociedade diferente e com modelos de desenvolvimento alternativos. Nesse sentido e no levantamento dos problemas de cada região, vai efectuar-se uma visita à Região do Alto Tâmega e à cidade de Chaves, no próximo dia 13 de Outubro, pelos Senhores deputados da Nação – Ilda Figueiredo e Honório Novo – e haverá uma conferência no Centro Cultural para auscultar as forças vivas e as organizações empresariais, nomeadamente a ACISAT e outras.

Manifestou mais uma vez a sua preocupação para os problemas da Unidade Hospitalar de Chaves; os níveis da produtividade do Hospital estão a baixar, saíram alguns médicos e não entrou nenhum, mantendo-se o envelhecimento do Quadro em termos médicos; houve períodos durante o Verão em que por motivo de doença de um dos ortopedistas, a urgência de ortopedia esteve fechada. Continua preocupado pela evolução da situação do Hospital e vai trazer essas preocupações a este Órgão Autárquico sistematicamente.

É também sua preocupação o constante aumento das taxas de juro que está a deixar um grande número de famílias em situações de falência económica total. Podemos estar no limiar de uma grave crise que já se nota na construção civil e se pode agudizar nos próximos tempos. É importante que as Assembleias Municipais manifestem opinião sobre esta questão e é igualmente importante que o Governo Central encontre formas de influenciar a travagem das taxas de juro, sob pena de o crescimento económico e a rotura financeira das famílias vir a ser catastrófica.

Terminou a sua intervenção fazendo um reparo ao facto de que na A24, daqui até Viseu não existe uma única área de serviço, nem sinal de que venha a haver nos próximos tempos.

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – disse que em tempos foi criado o conceito de Euroregião e chegou a ser criada uma comunidade de trabalho com os municípios desta região fronteiriça.

Perante a situação actual o Partido Socialista gostava que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse algumas questões:

“Caiu o conceito de Euroregião para dar lugar à ideia apenas de Eurocidade e qual o motivo dessa situação? foi por elitismo em relação aos outros concelhos, por estratégia ou por deslize e quais as vantagens desta decisão?

A comunidade de trabalho criada com os municípios desta região fronteiriça foi extinta ou foi abandonada por Chaves ou pelos outros municípios? Houve



desinteresse por parte dos outros municípios ou houve falta de solidariedade ou discriminação por parte da Câmara de Chaves?

Em nossa opinião o que está a ser feito é limitativo e prejudicial para Chaves e para a Região, tendo em conta a liderança que Chaves deve assumir. A Euroregião é muito mais abrangente. Esta decisão demonstra falta de ambição de liderar uma grande região competitiva e falta de ambição em bater Vila Real. Ribeira de Pena vai ligar-se às terras de Basto ou a Guimarães? O que se vai fazer para travar Vila Pouca das «garras» de Vila Real? Vai lutar-se por uma boa ligação a Valpaços ou vai-se deixar ir para a A7?

Montalegre continua a lutar pela melhoria das acessibilidades ao nível da 103. O que vai acontecer à ligação de Chaves a Montalegre por Vilar de Perdizes?

A estratégia de Chaves tem de passar, certamente, pelas relações fronteiriças e com Verin em particular, mas também tem de assentar no reforço da unidade do Alto Tâmega, na sua coesão territorial e na centralidade da cidade de Chaves. O que se está a fazer é o espartilhamento desta unidade geográfica, que tem investimentos e empresas em comum; não será de temer pelo futuro da EHATB? Esta atitude demonstra falta de estratégia e visão regional. O Senhor Presidente tem praticado uma política de zigzague, pois o que é essencial e prioritário hoje deixa de o ser amanhã. As prioridades mudam em função das circunstâncias e sem sustentabilidade.

Primeiro era o Alto Tâmega, depois com a chegada do PSD ao Governo passou a ser a Comunidade Urbana do Alto Trás-os-Montes e com a chegada do Dr. João Batista à presidência da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, passou a ser Trás-os-Montes e Alto Douro. Agora nova prioridade - as ligações com Verin. É quase uma prioridade por ano”.

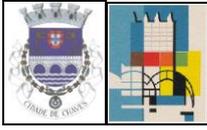
ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e disse congratular-se pela demolição de um edifício em ruínas em frente ao Grande Hotel, junto à Muralha, que oferecia perigo para os transeuntes.

“Lamento que se tenha passado tanto tempo para corrigir a situação e acredito que a Câmara Municipal teve alguma intervenção nesta acção. Lamento que à entrada de Chaves, em frente à «Agros» - cidade que queremos preservar como cidade agradável, de lazer, com algo extraordinário que poucas cidades têm e que são as Termas - esteja um Placar luminoso, patrocinado por uma empresa local, que se encontra destruído há mais de um mês, dando um péssimo aspecto ao local. Gostaria que a Autarquia resolvesse esta situação”.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS - cumprimentou os presentes e disse ter recebido queixas, por parte de alguns Presidentes de Junta eleitos pelo PS, relativamente à cedência das máquinas da Câmara, sentindo-se discriminados.

Para não criar precedentes até porque o poder alterna-se e as situações alteram-se e para que não haja discriminação negativa e todos tenham acesso ao que é um bem público, propomos que se faça um horário onde estejam plasmadas as intervenções feitas pelas máquinas nas várias freguesias. Se assim for todos ganham e passará a haver a transparência por todos desejada.

O Partido Socialista está preocupado pelo mau estado das várias ETARES do Concelho; algumas de ETARES nada têm, são apenas fossas. Há sistemas que estão a derramar para cursos de água poluindo-os e até foram publicados em jornais. O Município respondeu dizendo que se preocupava com os critérios de protecção do ambiente e de manutenção da qualidade de vida. Sanjurge tem um tubo a derramar para um Rigueiro. Está a decorrer o segundo mandato e será o tempo conveniente para corrigir estas situações.



Na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara lançou-me um desafio relacionado com o lote cedido ao Grupo Desportivo de Chaves. Depois de investigar o assunto verifiquei que no Registo, o último proprietário foi o Senhor Luís Pires dos Santos (1976); posteriormente houve um contrato-promessa no valor de 46 mil euros com o legítimo proprietário, mas o lote estava onerado para um Parque Infantil e teria de ser modificado o seu uso, comprovando a minha teoria de que deixaria de se destinar a uso publico e passaria a urbano, com destino à construção. Estou a fazer presunções, que são iludíveis e espero que o Senhor Presidente me informe sobre este assunto. O meu desejo é que a Autarquia resolva esta situação da melhor forma.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – respondeu ao Senhor deputado do Partido Socialista que se referiu às estradas nacionais n.ºs. 103 e 314, dizendo que no Governo do Senhor Dr. Durão Barroso a E.N. 213, desde o Barracão até Chaves, tinha o projecto aprovado e a adjudicação concluída para entrega da obra ao empreiteiro. Entretanto o Governo do Partido Socialista assumiu o poder e a primeira coisa que fez na nossa região foi suspender a obra. A responsabilidade pelo estado desta estrada é da responsabilidade do Partido Socialista.

Hoje o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre defende que esta via de comunicação se volte para o lado das Cerdeirinhas, está a recolher assinaturas para o efeito e conseguiu fazer uma reunião em Lisboa onde esteve também a Câmara Municipal de Boticas. O projecto inicial, que previa a construção de pontes e rectificação do troço desde o Barracão a Chaves, foi alterado.

Relativamente à estrada que liga a Valpaços a situação é a mesma. Também aqui, na vigência do Governo do Senhor Doutor Durão Barroso foi feito o projecto, iniciaram-se as expropriações dos terrenos. Todos sabemos que a nova estrada que liga Valpaços a Mirandela é também da responsabilidade do Governo do Senhor Dr. Durão Barroso e teria o mesmo seguimento para Chaves se não tivesse havido mudança de Governo.

RICARDO VASSAL COUTINHO do PS - disse que foi aprovado nesta Assembleia Municipal um Código de Posturas que regula a prática de atitudes dos cidadãos e pede à Autarquia que faça cumprir essa legislação nomeadamente no que diz respeito à colocação de cartazes nas paragens dos autocarros, nas caixas eléctricas e telefónicas e noutros locais da cidade e do concelho onde é proibido. Com este Código em vigor não existe mais desculpa para continuar essa prática que tão pouco dignifica e em nada embeleza a cidade e se for necessário punir as empresas e Instituições que usam este tipo de publicidade.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados neste período “Antes da Ordem do Dia”.

- O Senhor deputado **Montalvão Machado** fez referência à UTAD e à A24. O número de estudantes do Pólo da UTAD em Chaves efectivamente tem diminuído, mas tem subido o número de estudantes na Escola Superior de Enfermagem e daí o aumento de Estudantes no Ensino Superior em Chaves.

Sobre a evolução das cidades em função do Ensino Superior os dados do INE dizem que em Trás-os Montes, na NUT III, que inclui Chaves – Bragança - Mirandela, entre outras, a única cidade que efectivamente cresceu em população foi Chaves; desde os Censos de 1991 até esta estatística intermédia, Bragança e Mirandela desceram em população; Chaves é o único Concelho que sobe no contexto dos quinze municípios que formam a NUT III – Trás-os-Montes, o que significa que essa não é razão,



porque se assim fosse aumentaria mais a população de Bragança, Mirandela e de Macedo, onde o Ensino Superior está implantado.

Também os dados da Segurança Social de Vila Real, posteriores a 2001 indicam que Chaves cresce 2,2% acima da média da Região Norte que é de 1,8%.

Dentro do nosso Concelho, através da Empresa responsável pela gestão do espaço da A24 – a “SCUT VIAS”, está prevista a instalação de painéis que publicitem os nossos monumentos mais emblemáticos e, para além das alterações previstas na sinalização, está também prevista a instalação da área de serviço de Vilarinho das Paranhos, a única que irá funcionar dentro do nosso Concelho e que deverá iniciar a sua actividade no próximo ano de 2008. A AENOR está a iniciar a construção da área de serviço entre Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena. A “SCUT VIAS” é a Empresa que gere esta matéria e é da sua responsabilidade a abertura de outras áreas de serviço na A24 até Viseu.

- A Senhora deputado **Paula Barros** referiu o crescimento/desenvolvimento e o Turismo. Na área do Turismo há efectivamente investimento privado e a Norte do Rio Douro o maior volume existe no Concelho de Chaves. O total do investimento em Vidago, pela UNICER, é superior a 30 milhões de euros e no Casino de Chaves pela SOLVERDE é da mesma ordem de grandeza.

A Câmara Municipal investiu fortemente nas Termas, não só na zona circundante por virtude do Programa Polis, mas no próprio Balneário onde investiu cerca de dois milhões e meio de euros. Em Chaves o Termalismo tem crescido, não só no “Bem Estar”, mas no Termalismo clássico, o que é uma excepção no contexto nacional, nomeadamente nos meses de Julho e Agosto. Os números podem ser consultados.

Também é significativo o investimento de privados, nomeadamente em unidades hoteleiras e na restauração. Não está tudo feito na área do Turismo, é necessário continuar a qualificar os espaços, a torná-los mais atractivos e é esse o nosso objectivo.

Relativamente às Acessibilidades à A24 lembro que quando o projecto do então IP3 foi aprovado, o Nó Chaves/Centro, ou Nó de Sanjurge não era nada do que foi feito no terreno: a entrada para a cidade estava marcada no sentido contrário – em direcção a Sanjurge. Foi este executivo que negociou com a NORSCUT a alteração que foi implementada e ainda mais um quilómetro de via entra o Nó e a Rotunda onde se inicia a Circular Externa que faz ligação com a Estrada do Seara. Neste momento estamos a aguardar estudos de hidráulica relativamente à ligação – que consideramos prioritária – da rotunda já referida, numa primeira fase até à Capela de S. João, mas com previsão de continuidade até ao Hospital Distrital de Chaves. No novo QREN há medidas de apoio para qualificação urbana e vias urbanas, onde esse projecto se vai enquadrar. As candidaturas ao Quadro de Referência Estratégica Nacional estarão definidas até final deste ano, espera-se. Também estamos a preparar todo o processo para abrir o concurso de execução do Nó de Outeiro Seco na próxima reunião de Câmara.

A responsabilidade pela limpeza das vias Municipais é da Câmara Municipal e temos de admitir que os meios que temos são insuficientes para fazer esses trabalhos; temos apenas um tractor e estamos a procurar a forma de responder de forma mais capaz. Também construímos muitos quilómetros de estradas o que aumentou, substancialmente, a área a limpar. Acresce ainda o facto de o ano ter sido chuvoso, favorecendo o aumento da vegetação ao longo das vias; a Estrada 314, por exemplo, já foi limpa, mas necessita de nova intervenção.

Nesta altura ponderamos a possibilidade de adquirir equipamento adequado e preparar equipas ou adjudicar estes trabalhos a empresas especializadas.

A Estrada que liga o Nó de Curalha a Chaves é da responsabilidade das Estradas de Portugal, bem como a Nacional nº. 2, Chaves – Fronteira, a Nacional 103 Chaves –



Bragança e a 313 que liga a Valpaços. As Estradas de Portugal adjudicaram essa prestação de serviços e têm feito intervenções segundo uma programação a acertar com o Município de Chaves.

O Programa Polis de Chaves estava previsto terminar em Dezembro de 2006, pedimos um ano de prorrogação do prazo, mas a programação entretanto feita e negociada com as instâncias próprias, permite que a Sociedade Polis termine, assumindo a Câmara as restantes obras que se prevê concluíam durante o ano de 2008. Neste momento todas as obras do Programa Polis estão em vias de poder ser entregues às empresas adjudicatárias para execução. Em Outubro de 2006 o Senhor Secretário de Estado despachou, para publicação, as declarações de interesse público, para os terrenos do Parque Multiusos, e todos os que se situam ao longo das margens do rio, desde a Azenha dos Agapitos até à Estação Elevatória, que só foram publicadas neste mês de Setembro de 2007. Foi por muita insistência nossa junto do Senhor Ministro do Ambiente para que essas declarações foram publicadas no Diário da República um ano depois de serem solicitadas.

As expropriações desses terrenos são da responsabilidade do Município de Chaves e tivemos de depositar no Tribunal, no passado mês de Julho, o valor de 750 mil euros referente aos terrenos onde vai ser instalado o Parque Multiusos; até 28 de Novembro de 2007 temos de depositar cerca de um milhão e meio de euros relativamente à expropriação dos terrenos junto às margens do Rio, para viabilizar a execução das obras. A Autarquia assumiu e assumirá sempre as suas responsabilidades nesta matéria. Eu pergunto porque é que a Câmara, nestes casos, é obrigada a depositar no Tribunal dinheiro vivo em vez de cauções? É que este dinheiro fica ali cativo, sem qualquer rendimento quer para o Tribunal, quer para a Câmara ou para o Governo. Através de caução, enquanto não houvesse decisão do Tribunal, o dinheiro podia ser aplicado, mas a legislação actual não permite que seja assim.

A programação actual do Programa Polis está devidamente feita pela Autarquia e pela Sociedade cuja maioria é do Estado. O Presidente da Sociedade Chaves Polis, como todos sabem é o Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte.

Relativamente à questão colocada pela Senhora deputada sobre o Ensino Superior, a Câmara Municipal não é responsável pelo facto de que o Curso de Animação Sócio-Cultural tivesse 45 vagas e só tenha tido 11 candidatos. O Ensino Superior Público é da exclusiva responsabilidade do Estado. A nós compete-nos dar a conhecer a Escola de Enfermagem e lutar para que tenha os alunos necessários ao preenchimento das vagas disponíveis.

O nosso objectivo prioritário era fazer uma parceria da Escola de Enfermagem com a UTAD. Não temos o poder de decidir pela UTAD, mas compete-nos procurar alternativas e isso temos feito. As propostas de parcerias que estão sobre a mesa e que já referi sobre a Escola de Enfermagem serão analisadas em devido tempo e as decisões serão comunicadas a esta Assembleia Municipal. Repito mais uma vez que confio na Senhora Directora da Escola de Enfermagem e na sua capacidade técnico - pedagógica para negociar nesse âmbito, como confio no responsável financeiro. Sei que farão o melhor possível para a Escola, para Chaves e acima de tudo para os cidadãos.

- O Senhor Deputado **Manuel Cunha** falou na Barragem de Valdanta mas é bom esclarecer que esta infra-estrutura é da responsabilidade do Ministério da Agricultura e tal como a lei determina, todas as barragens deviam ter um plano de ordenamento, devidamente aprovado e devidamente executado, o que não acontece. A Câmara Municipal teve muito gosto em colaborar com a Junta de Freguesia na limpeza do espaço circundante dando-lhe um aspecto mais agradável.



Na passada sexta feira – dia 21 - foram abertas as propostas da nova ETAR de Chaves, na sede das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que prevêem não só a nova ETAR, como emissários e estações de Elevatórias com um valor total de nove milhões e meio de euros. Esse investimento vai permitir a despoluição e limpeza do Rio Tâmega no Concelho de Chaves. Aliás, grande parte do investimento que a Câmara Municipal fez em redes de drenagem de águas residuais foi em localidades inseridas na bacia do Tâmega. Há um esforço do Município de Chaves nessa matéria e há um esforço conjugado e coordenado com as Águas de Trás-os-Montes para que isso aconteça. A situação que se verifica no momento também é fruto de algumas deficiências da nossa parte mas essencialmente do facto da Vila de Verim – que drena para o Rio Tâmega – não ter o sistema devidamente a funcionar. Um dos objectivos conjuntos de Chaves e Verim é, efectivamente, toda a limpeza da bacia do Rio Tâmega.

Quanto à visita que o Senhor deputado mencionou dos Senhores deputados da Nação – Ilda Figueiredo e Honório Novo - para o próximo dia 13 de Outubro, não poderei assistir por compromissos de agenda já assumidos há algum tempo.

Sobre o Hospital Distrital de Chaves o que compete à Câmara Municipal é lutar para que exista determinado tipo de condições, a partir daí a responsabilidade passa a ser de quem o gere e da produção que o próprio Hospital é capaz de fazer e por isso o desafio é para os representantes do HDC no Conselho de Administração, para quem lá trabalha e para a capacidade de se afirmarem no contexto da nova realidade.

Relativamente às taxas de juro não me compete responder e sobre as áreas de serviço já prestei os esclarecimentos necessários.

- O Senhor deputado **Júlio Alves** referiu-se a questões sobre as quais demonstra desconhecimento, nomeadamente no que se refere a Euro Regiões. Está definida a Euro Região Norte Portugal/Galiza que agrupa toda a NUT II mais a Galiza toda – seis milhões de habitantes.

Na Europa Comunitária a 27 existem apenas três Eurodistritos funcionais, todos constituídos por cidades da França e da Alemanha. Este conceito está a ser totalmente ultrapassado

O conceito de Eurocidade desenvolve-se, neste momento, em três espaços que são: Elvas/Badajoz, Donosti/com uma cidade Francesa e Chaves/Verim. Dada a inovação do conceito e a excepcionalidade da situação, em termos europeus, será uma forma de captar não só fundos comunitários, sobretudo nos programas de cooperação de segunda geração, como captar também investimentos privados no “novo” espaço que se cria com esta nova estrutura.

Falar de Euro Região sem ser no contexto do Norte de Portugal/Galiza não vale a pena. Mesmo assim, com os seus seis milhões de habitantes, não é a maior em termos europeus.

A Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Tâmega, nunca foi oficializada, porque nunca foi acertada a legislação portuguesa com a Galega, apesar de em 2004 ter sido assinado um acordo em Valência, onde se previa que isso acontecesse em 2006.

Esta Comunidade de Cooperação que existe entre os Municípios do Alto Tâmega e Vinhais e treze Municípios da Diputación de Ourense tem Estatutos que neste momento estão ultrapassados perante a nova legislação.

Há uma Euro Região Norte Portugal/Galiza, e dentro desta há a organização do Eixo Atlântico a que Chaves e Verim pertencem. A Eurocidade, assumida desde já pela CCDRN, pelo Governo da Galiza e pelo Eixo Atlântico, ultrapassa o mero âmbito local. É um projecto emblemático e importante em termos de Região Norte e é nesse sentido que vamos caminhar em direcção ao futuro com situações concretas.



Será apresentado no próximo mês de Novembro o Plano de viabilidade da Eurocidade e em Março de 2008 será apresentado o Plano de intervenção entre 2008/2010. Participam a CCDRN, o Eixo Atlântico, os Municípios de Chaves e Verim, o Governo da Galiza e a Diputacion de Ourense.

É um projecto com dimensão que permite conciliar vários meios de financiamento, nomeadamente os Programas de Cooperação de Segunda Geração, aos vários níveis. O INTERREG que no Quadro Comunitário que agora termina, permitiu a Chaves muito investimento, não existe mais da mesma forma; existem Programas de Cooperação Transfronteiriça, Interregional e Transnacional e, por este meio, temos possibilidade de concorrer aos três Programas.

A ligação Chaves/Valpaços é da responsabilidade do Governo e como o Senhor deputado deve saber já foi adjudicada, presumindo que estará para breve o início dos trabalhos.

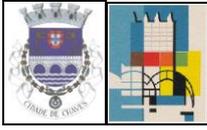
Relativamente à ligação Chaves/Montalegre solicitei em 2002 ao GATAT, mais concretamente o Senhor Eng.º Madeira na qualidade de autor do projecto, para o actualizar. Refiro que na presidência do Senhor Doutor Alexandre Chaves este optou por manter o traçado da Estrada até Soutelinho, não avançando com o projecto igual ao que foi feito pela Câmara de Montalegre até Vilar de Perdizes e que nessa altura custava 600 mil contos. O Senhor Eng.º Madeira actualizou o projecto mas entretanto o Senhor Presidente da Câmara de Montalegre optou por não aceitar fazer a candidatura conjunta ao INTERREG, para financiamento desta obra, mas legitimamente, fez candidaturas àquele Programa para outras obras. Esse facto deixou o Município de Chaves sem um parceiro português para avançar com a candidatura. Neste momento as duas Autarquias – Chaves e Montalegre – concordaram solicitar ao Senhor Eng.º Madeira a adaptação do projecto à realidade actual para poder candidatar-se a fontes de financiamento disponíveis.

- Registo a congratulação apresentada pelo Senhor deputado **Anselmo José Martins** sobre a demolição do edifício junto à Muralha. Informo, no entanto, que se tratava de uma propriedade privada, onde a Câmara não podia intervir de qualquer maneira. Foram feitas várias notificações ao proprietário que só recentemente aceitou a demolição, isto porque ele tem um projecto para aquele espaço, mas que o IPAR não o aprova da forma como é apresentado. É um braço de ferro existente entre o proprietário e o IPAR, que tem parecer vinculativo. Se o IPAR aprovar o projecto a Câmara nada terá a opor. Nesta altura o proprietário do imóvel acedeu a que as nossas máquinas entrassem no local e o limpassem.

Em relação ao Placard registamos a sua preocupação. Vamos tentar resolver a situação.

- O Senhor deputado **Trindade Mendes** referiu-se aos trabalhos feitos pelas máquinas da Câmara nas várias Freguesias do Concelho. Sobre esta questão informei oportunamente os Senhores Vereadores, que presumo tenham dado conhecimento aos Senhores deputados do Partido Socialista do número de horas que as máquinas deram de trabalho nas freguesias. Nessa altura ninguém se pronunciou sobre essa matéria. Admito que os tempos de horas dados pelas máquinas não seja o suficiente ou pelo menos o que todos desejam e necessitam, tanto porque temos poucas, como também porque as mesmas máquinas têm de efectuar muitos trabalhos de iniciativa da Câmara. Também temos de entender que há freguesias que tem piores caminhos, tem situações mais problemáticas e necessitam de intervenções mais demoradas do que outras.

Sobre a questão das fossas que o Senhor deputado colocou, esclareço que, desde que este executivo se encontra em funções, não foi feita nenhuma fossa. Todos os saneamentos têm ETARES compactas, cumprindo as normas comunitárias; e é bom saber que todas as fossas que existem no Concelho são herdadas. Temos procurado



resolver estas situações da melhor forma e vamos tentar substituí-las caso a caso por ETAR'S compactas. Esclareço também que a fossa que veio na última página de um jornal local está nessa situação porque o proprietário fez um poço exactamente no dreno sumidouro que existia e, conseqüentemente, a água vem à superfície. Essa situação foi devidamente explicada pelos Técnicos da Autarquia à Brigada do Ambiente da GNR que nos contactou; vamos de imediato procurar resolver o problema, retirando as águas residuais através de uma conduta ou emissário, para a rede geral de saneamento.

Sobre o lote cedido ao Grupo Desportivo de Chaves o que o Senhor deputado disse é correcto, mas o que acontece é que, na altura, por força do loteamento que foi aprovado há mais de 20 anos, a parte a ceder ao Município não foi devidamente registada, o que está a ser feito agora. A cedência foi feita na suposição de que a situação estava regularizada e que o lote era património da Autarquia, o que na realidade não acontecia e perante isso, vamos corrigir o processo dentro da legalidade.

Sabemos que a Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade tem aquele espaço tratado, com árvores e devidamente limpo.

- O Senhor deputado **José Pimentel** referiu as Estradas Nacionais 103 e 113, sobre as quais já falei.
- O Senhor deputado **Ricardo Vassal Coutinho** tem razão nas questões que referiu e que estão devidamente reguladas através do Código de Posturas. Tomamos em devida conta as sugestões que apresentou e vamos procurar reverter a situação.

O SENHOR DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – pediu ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte esclarecimento: “se considera, para além das responsabilidades que resultam da competência que tem como Presidente da Câmara, não considera aquilo que chamamos competências gerais, que faz com intervenha em tudo aquilo que tem que ver com a qualidade de vida do cidadão? O que quer dizer que tem que ver com o Hospital e com as outras situações que foram aqui enunciadas”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu o Senhor deputado que o Município tem que se preocupar com a qualidade de vida dos cidadãos e tudo o que lhes diz respeito, mas há situações concretas e específicas que não competem à Câmara Municipal, nomeadamente as que referiu anteriormente.

A **SENHORA DEPUTADA PAULA BARROS** do PS usou novamente da palavra para dizer que em termos gerais houve questões que ficaram por responder.

“O Senhor Presidente tem a qualidade de ser hábil em fazer transferir a responsabilidade em relação às coisas, fazendo-nos quase pensar, nalgumas situações, que não valia a pena existir poder em termos locais e poder no Município de Chaves. Nós sabemos que há questões que não sendo directamente da responsabilidade, mas podem ser influenciadas e muitas vezes é por aí que mede o poder e a capacidade de intervenção. Há uma questão que o Senhor Presidente referiu, em resposta à minha intervenção, que eu acredito que não houve da sua parte intencionalidade, mas gostava que ficasse esclarecida. No que respeita às questões colocadas sobre o Programa Polis, nomeadamente à estimativa de custos, o Senhor Presidente respondeu com a questão da utilidade pública e da expropriação dos terrenos das margens do Rio Tâmega.

Disse que era natural e corrente, nestas situações haver influência no que respeita à capacidade de reivindicação por parte dos munícipes. Se o Senhor Presidente tem algum conhecimento de causa aponte nomes ou então nós - Partido Socialista –



acreditamos que os cidadãos, per si, têm capacidade reivindicativa suficiente, sem haver necessidade que seja exercida qualquer espécie de influência sobre eles. É exactamente por isso que continuamos a apoiar tudo que seja a qualificação das pessoas para lhes aumentar esse poder reivindicativo, o que não podemos aceitar é que em resposta a uma intervenção minha seja feita esta espécie de insinuação e pedimos ao Senhor Presidente que nos esclareça sobre esta questão”.

O **SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS disse ter registado as respostas que o Senhor Presidente da Câmara deu à sua intervenção, mas lembra que a Vereação é uma entidade e a Assembleia Municipal é outra.

Em Junho entregámos na Mesa um requerimento em que solicitávamos da Câmara informação sobre a utilização das máquinas. “Eu não questiono as prioridades a nível das Freguesias, porque elas são estabelecidas pelo executivo, no entanto por direito à informação e até para sossegar os nossos Presidentes de Junta, estávamos à espera que nos fosse dada resposta. Se por acaso esse requerimento se perdeu entregamos à Mesa novo pedido para que nos seja dada a resposta”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou o Senhor Deputado que não pode apresentar agora o requerimento, mas sim posteriormente.

O **SENHOR DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES** do PS perguntou à Mesa se já está disponível a resposta ao requerimento que apresentou na sessão de Junho sobre a implementação da Toponímia no Concelho.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu aos pedidos de esclarecimentos que lhe foram colocadas.

- A Senhora deputado **Paula Barros** referiu-se a uma insinuação que, na verdade, o não é. Falou nos custos do Programa Polis e eu esclareci quais os custos das expropriações. Este Programa cujos custos estão devidamente programados, quando terminar, a despesa total é de cerca de vinte e quatro milhões de euros, dos quais compete pagar ao Município cerca de onze milhões; parte está paga e a outra estamos a pagar. Só em terreno são dois milhões e meio de euros que durante este ano de 2007 serão entregues no Tribunal, com a agravante de que esse montante nem sequer abate na dívida.
- O Senhor deputado **José Trindade Mendes** referiu-se às horas das máquinas prestadas nas freguesias. Vamos responder ao requerimento.
- O Senhor deputado **Júlio Alves** perguntou pela resposta ao requerimento que fez sobre a Toponímia. A resposta este elaborada e vai ser entregue na Mesa.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

JULHO 2007

Dia 03 - *Reunião com o Senhor Ministro da Agricultura em Vila Real.*

- A Política Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Dia 10 – *Reunião em Gaia – Eixo Atlântico – Adesão de Verin.*



- *Reunião em Guimarães* – Apresentação do resultado do projecto PAGUS (*INTERREG IIIC*). Muralhas Seiscentistas em 3D.

Dia 12 – *Conselho Municipal de Educação.*

Dia 13 – *Reunião com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro* – Eleição dos Novos Corpos Sociais.

Dia 17 – *Reunião na AMAT* – Direcção Regional de Agricultura (PDR)

SETEMBRO 2007

Dia 03 – *Reunião com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.* Distribuição.

Dia 05 - *Lisboa. Gabinete do Senhor Primeiro - Ministro.* Investimentos no Concelho.

Dia 07 - *CCDRN – Vila Real - QREN*

- (Eleição dos representantes das Autarquias).

Dia 10 - *Macedo de Cavaleiros* - Protocolo para construção do Mini – campo de Casas dos Montes.

Dia 11 - *RI 19 – Mudança de Comando.*

Dia 13 - *Eurocidade. Reunião em Verin – CCDRN / Eixo Atlântico.*

Dia 15 - *Viseu* – Congresso Caminhos de Santiago.

Dia 17 - *Semana da Mobilidade.*

- *Escola Profissional (Abertura do Ano Lectivo).*

Dia 18 - *ADRAT – Apoio a imigrantes.*

Dia 21 - *Congresso de Animação Sócio – Cultural.*

INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 21 DE SETEMBRO DE 2007.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	24.197.694,05€
Dotação Cabimentada	22.779.223,73€
Taxa de Execução Física do PPI	94,14%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	51.806.269,40€
Dotação Cabimentada	44.773.783,70€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	86,35%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	51.806.269,40€
Receita Liquidada	21.800.863,93€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	42,09€



3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2006.11.24	15.441.126,97€
2007.02.26	16.603.560,09€
2007.04.19	17.150.777,39€
2007.06.22	17.062.653,54€
2007.09.21	16.923.366,66€

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2006.11.24	17.682.492,47€
2007.02.26	17.756.428,61€
2007.04.19	17.440.638,10€
2007.06.22	17.269.143,66€
2007.09.21	16.940.169,44€

Sobre este Ponto usou da palavra o **SENHOR DEPUTADO MAUNEL CUNHA** da CDU, que fez o seguinte pedido de esclarecimentos: 1 – Qual o horizonte previsto pelas Águas de Trás-os Montes para conclusão da nova ETAR de Chaves; 2 – Tem a ver com o Conselho Municipal de Educação. Continua por agendar para uma sessão da Assembleia Municipal um ponto que trate de Educação. “O que se prevê do Conselho Municipal de Educação, se foi abordada a questão da Carta Educativa, que escolas funcionarão nos próximos anos e qual a avaliação que se faz relativamente às escolas que encerraram, que perspectivas e que dificuldades”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou o Senhor deputado **Manuel Cunha** que a nova ETAR de Chaves, segundo a previsão da Empresa das Águas de Trás-os-Montes, entrará em funcionamento em 2009; as propostas para a sua construção foram abertas no passado dia 21 de Setembro de 2007, e desde o passado dia 10 a actual ETAR está sobe a responsabilidade daquela Empresa, bem com as obras nas ETAR'S de Santo Estêvão, Vila Verde da Raia e Loivos. Também desde Julho de 2007 estão a funcionar sob a responsabilidade da Empresa os sistemas de abastecimento de água domiciliária de Vidago, de Vila Verde da Raia, de Curalha e outras localidades que pontualmente, incluindo o sistema da cidade, lhe têm adquirido água, paga a 53 cêntimos por m3.

Aquilo que foi determinado pelo Governo, através do Ministério do Ambiente, do meu ponto de vista perfeitamente justificado, é que o País se divida em três zonas com taxas únicas. A zona Norte do País vai ter um tarifário igual, ou seja: Chaves,



Bragança, Vila Real etc. vão pagar a água ao mesmo preço do Porto; para isso será criada uma nova Empresa, cuja primeira reunião está agendada para o dia 18 de Outubro, e o Presidente do Conselho de Administração será o Senhor Eng.º Nuno Cardoso. Esta Empresa será responsável pela implementação do sistema, que progressivamente irá assumindo, directamente, ou por concessão, a distribuição da água em baixa em todo o Norte do País; provavelmente, essa situação daqui a algum tempo, fará com que a solidariedade do litoral para com o interior exista, porque tendo o litoral muitos mais utentes do que o interior, pagando todos menos, há um acréscimo de receitas que irão beneficiar as zonas menos habitadas. Saúdo esta decisão e apoiei-a desde a primeira hora em que este assunto foi tratado; nessa altura até defendi uma taxa única para todo o país. Segundo informação do Senhor Doutor Alexandre Chaves é provável que não seja possível implementar o sistema já em 2008 porque haverá a necessidade de efectuar um conjunto de acertos sobre esta matéria.

Carta Educativa. É certo que nunca se fez uma Assembleia Municipal específica para a Educação, mas temos falado sobre esta matéria em todas as sessões. No nosso Concelho o Plano que foi aprovado sobre a Rede Escolar está a ser cumprido. No contexto de alguma flexibilidade da Direcção Regional de Educação do Norte e até do Ministério da Educação conseguimos que no Concelho de Chaves não encerrem escolas com menos de 20 alunos, como aconteceu noutros Municípios. O acordo que existe e tem sido cumprido escrupulosamente pela DREN é que só os estabelecimentos de ensino com menos de dez alunos vão sendo desactivados; aconteceu no ano lectivo de 2006 com trinta e nove escolas e este ano de 2007 com mais seis. Verifica-se que em escolas, onde se previa um decréscimo de alunos, o seu número tem crescido – é o caso de Anelhe que tinha na altura onze alunos e hoje tem dezassete; em Cimo de Vila da Castanheira também cresceu o número de alunos, bem como nalguns Jardins -de – infância.

A Carta Educativa prevê Centros Educativos, essencialmente para a zona urbana e para Vidago. O que está em melhores condições de avançar é o de Santa Cruz/Trindade, dado que o terreno é da Câmara Municipal e já foi posta a concurso a elaboração do projecto; A DREN solicitou-nos uma reunião para acertar determinadas questões, de forma a poder candidatá-lo ao próximo Quadro Comunitário de Apoio onde há uma linha de financiamento; igual situação irá acontecer com o Centro Escolar da Madalena e com as salas previstas para Vidago. É um processo que vai decorrer ao longo dos próximos anos.

O Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade não me parece que esteja concluído antes de 2010, dada a sua dimensão, o conjunto de meios técnicos necessários, e a indefinição dos ciclos de ensino - a acertar com a DREN. Se a Direcção Regional de Educação do Norte aceitar a nossa proposta e vier a contemplar o pré-escolar e segundo ciclo, esse investimento rondará os oito milhões de euros, mas terá todas as condições para um total de 700 alunos; Se apenas for autorizado para o primeiro ciclo - cerca de 400 alunos - o tipo de construção será diferente e o custo será muito menor.

Temos a previsão de construção de salas para o primeiro ciclo em Vidago anexas à actual escola C+S e está também previsto o Centro Escolar da Madalena, quando a ligação entre a Adega Cooperativa e a estrada de Valpaços estiver concluída. O projecto desta ligação está feito e orçamentado e é da responsabilidade das Estradas de Portugal.

Fazemos um maior investimento muito maior e cada vez Maios na Educação, mas congratulamo-nos por saber que os pais, os professores e os próprios alunos estão satisfeitos com o serviço que prestamos e isso é espelhado num inquérito que é feito semanalmente nas escolas.



Ainda não está tudo feito mas tentamos melhorar de ano para ano. Este ano fizemos os cobertos nas escolas de Nantes e Vilar de Nantes, concluímos a biblioteca da Escola do Cino Chaves, com uma área de 100 m² que importou em 50 mil euros e o Pavilhão de Santo Amaro já entrou em funcionamento. É um espaço de cerca de 400 m² que as crianças têm à sua disposição.

Alguém criticou o executivo por ter disponibilizado três salas do Centro Cultural para leccionar o primeiro ciclo. Isso aconteceu porque quisemos cumprir com o horário escolar a tempo inteiro – todos os alunos entram às 9,00h e saem às 17,30h; no ano transacto houve turmas a funcionar com horários duplos, o que implicou alterações profundas nas actividades extra curriculares. Esta situação é provisória. Vamos construir mais duas salas no Cino Chaves para transferir para lá estas crianças, libertando o Centro Cultural. Devo esclarecer ainda que foram os pais que optaram por esta modalidade em vez dos horários duplos.

Sobre a Toponímia foi feito o documento que será entregue à Mesa. De acordo com a proposta e com a “Moção” que aqui foi apresentada dividimos o Concelho em três grandes áreas 1 – Santa Maria Maior, Chaves e Vidago; 2 – Freguesias circundantes e 3 – Restantes freguesias do Concelho.

A Câmara já solicitou a algumas freguesias o custo do equipamento instalado e fará os respectivos protocolos para lhe pagar esse investimento; neste momento está a decorrer um procedimento concursal para aquisição do número de placas de sinalização para as zonas onde ainda não existem.

Na última Assembleia Municipal o Senhor deputado Júlio Alves questionou a Câmara Municipal sobre a Junta de Freguesia de Moreiras. Tenho em meu poder um documento da Procuradoria - Geral da República que esclarece devidamente todas as dúvidas colocadas pelas pessoas que se dirigiram ao Tribunal, sobre este assunto, onde comunica que arquivou o processo. Mediante a resposta do Tribunal esperava que o Senhor deputado viesse agora aqui e se retratasse do que disse anteriormente. Essa justiça deve ser feita à Freguesia de Moreiras e esta Assembleia deve ter o conhecimento total de que estas situações foram efectivamente resolvidas. Este documento foi para a Junta de Moreiras e certamente para os signatários da exposição dirigida ao Tribunal.

Ligação à A52. Está adjudicada pelo Governo da Galiza, com a perspectiva de que a ligação fique concluída em 2008.

Informo esta Assembleia Municipal que no dia 13 de Setembro de 2007 foi feita a escritura de reversão dos terrenos da Quinta dos Montalvões, oportunamente cedidos à UTAD, para o Município de Chaves, o que valoriza o seu património. Também o espaço deste Auditório e Pavilhão da ADRAAT vão passar para o património da Autarquia, depois de efectuados os necessários acordos com as restantes Câmaras do Alto Tâmega.

Também informo sobre o investimento em Vidago. Já foi feita a intervenção na Estrada Nacional, estão adjudicados os passeios pela Câmara Municipal e a Rotunda está em execução; vamos apresentar projectos ao próximo QREN para requalificação das Rua Santos Vidago, da Av. General Sousa Machado e Avenida Conde Caria com a respectiva iluminação.

Até ao final do corrente ano de 2007 iremos criar uma estrutura que permita construir o Balneário de Vidago, com a Câmara Municipal ou a Empresa Municipal e outros investidores. Este Balneário será construído numa perspectiva de responder à procura dos cidadãos que não têm capacidade económica para frequentar o Palace de Vidago.

Os espaços de Chaves e Verin, a nível europeu, são os que concentram mais águas termais e no âmbito da Eurocidade queremos construir uma Escola Superior Termal. O Balneário de Vidago, para além de servir o público, será também um Balneário



Escola que permitirá formação. Tudo isto vai permitir a Vidago retomar a sua condição de Centro Termal e Turístico de qualidade.

O Senhor deputado **ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS fez os seguintes pedidos de esclarecimentos:” 1 – O Senhor Presidente da Câmara vai executar a Carta Educativa sem a trazer à Assembleia Municipal? 2 – Relativamente às Freguesias de Vidago e Vila Verde da Raia que já recebem água da Empresa Águas de Portugal, quem faz a distribuição? Se é a Câmara Municipal vai manter o sistema de cobrança por escalões, aumentando o preço à medida que aumenta o consumo? “

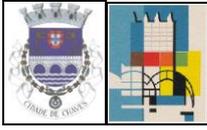
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado dizendo: 1 – *Carta Educativa*. A esta Assembleia Municipal veio a Reorganização da Rede Escolar e será cumprida de acordo com o que aqui foi aprovado; estes documentos são indicativos e haverá circunstâncias em que teremos que negociar com a DREN algumas situações. É o caso do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade em que na Reorganização foi aprovado de uma forma e o que propusemos é diferente, daí a necessidade de acertar com a DREN. Qualquer alteração que seja acordada será dada a conhecer à Assembleia Municipal, até porque quem dirige, a parte didático – pedagógica da Educação é o Ministério.

2- *Água*. A partir de Julho as Águas de Trás-os-Montes passaram a fornecer a água em alta e cada metro cúbico que cai no depósito é contado a 53 cêntimos; a partir daí o sistema é da Câmara. Vêm aí alterações que teremos de cumprir. A Autarquia em cada situação que negociou, em alguns casos, com as próprias Juntas de Freguesia que assumiram a responsabilidade da distribuição da água domiciliária, verá caso a caso, mantendo o nosso sistema, pagando à Empresa o valor fixo estipulado e recebendo dos consumidores o valor consumido.

A previsão é que o valor da água suba para o consumidor porque a Empresa vai cobrar o m³ sempre ao mesmo preço, independentemente do número de metros cúbicos que lança nos depósitos. A Autarquia distribui ao cliente e cobra a água consumida: de 0 a 5 m³ – 0,36€ o m³; entre 5 e 10m³ – 0,67€ o m³; de 10 a 40 – 1,08€ m³ e a partir de 40 são 2,50€ por m³. Esta média dá um valor de cerca de oitenta cêntimos por m³ ao consumidor. A Câmara Municipal não cobra ao consumidor toda a água que paga à Empresa das Águas de Trás-os-Montes porque há muita que se perde na rede de distribuição (no nosso Concelho é superior a 30%) e há os custos de manutenção; independentemente dos cálculos que se façam, os custos da água ao consumidor importam sempre no dobro daquilo que se paga à Empresa, o que significa que o custo da água no início terá de ser sempre maior para cobrir as perdas.

A Câmara Municipal não vai alterar o sistema enquanto não foram feitas as negociações e nessa altura já será outra entidade que irá calcular esses preços ao consumidor. O Ministério do Ambiente prevê que a água custará, em média por metro cúbico, entre um euro e um euro e meio menos que na primeira previsão do PIASAR, que era de dois euros por metro cúbico.

DEPUTADO JÚIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – usou da palavra para se referir à questão da Junta de Freguesia de Moreiras. Disse que teve conhecimento da resposta escrita da pelo Tribunal de Mirandela no dia de hoje, e a análise que o seu partido faz deste assunto é a seguinte:” há uma questão política e há uma questão administrativa. A questão política é decidida partidariamente com a força e pela eleição do povo; a questão administrativa é decidida pelos Órgãos competentes - Tribunais – e não a Assembleia Municipal ou a Assembleia de Freguesia.



Relativamente à parte administrativa tem alguns pontos que ficam mais ou menos esclarecidos, apesar de, em nosso entender, ser um despacho muito leve em relação à matéria, mas há duas questões que ainda não ficam esclarecidas como por exemplo a questão do Brasão, que segundo a lei tem de ser aprovado; a outra questão é o facto de a água ter sido entregue sem estar na ordem de trabalhos e o procurador da República omitiu isto. Não me posso pronunciar, nem fazer julgamento sobre a decisão do Procurador.

Relativamente à parte política, se há um Órgão – Junta de Freguesia – que está diminuído porque o Secretário, que nem foi eleito pela lista do Partido Socialista, não quer permanecer com o actual executivo, cada um tira as conclusões que entender e torna-se importante saber até que ponto, vale a pena ou não, continuar politicamente com esta situação de fragilidade da Junta de Freguesia. Evidentemente que a demissão é pessoal e depois o povo o julgará”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado que não concorda com a sua opinião quando fala de fragilidade da Junta, porque funciona, e está a fazer o maior investimento de sempre em obras na Freguesia.

PONTO 2. ACTUAÇLIZAÇÃO DA LISTAGEM DOS CARGOS EXERCIDOS NAS DIVERSAS ENTIDADES PELOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL – Para Conhecimento.

PONTO 3 - APROVAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA, DE 27.07.07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que na informação que foi distribuída aos Senhores deputados estão todos os elementos que constituem o historial desta Acção.

A Agenda 21 Local é um conjunto de Planos de Acção que incentiva as autoridades locais a desenvolverem projectos que visam o desenvolvimento sustentável e divide-se em quatro eixos – “Compactação do Território”, “Complexidade”, “Eficiência” e “Estabilidade e Coesão Social”, dos quais mais de 50% ou já estão executados ou estão em execução.

Sobre este ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que o Senhor Presidente da Câmara fez uma explanação exaustiva do que é o Programa da Agenda 21.

“Saúdo a forma como decorreu e pela primeira vez vi um Programa estruturado que começou na sua primeira fase com o Diagnóstico, onde participaram todas as forças vivas do Concelho e houve debates sectoriais com os diversos agentes interessados. É desta forma que se constrói uma Democracia e este documento tão útil, é o primeiro Plano Estratégico que a cidade tem e é óptimo que a Câmara Municipal o esteja a implementar. Por essa razão a bancada do Partido Social - Democrata vai votar favoravelmente esta Proposta.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, Eduardo Júlio Alves Brás – perguntou se neste Plano está prevista a Ciclovia.



MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que não acompanhou a elaboração dos estudos e do documento, mas pela leitura que fez lhe parece inquestionavelmente um documento muito válido.

Se queremos envolver o mundo dos cidadãos, temos o Plano de Acção, mas necessitamos de encontrar a forma de sintetizar as coisas porque as considerações, as introduções, no fundo são “generalidades” que se aplicam a todos os municípios, têm muita informação e tornam a leitura pouco interessante. É necessário encontrar uma forma de apresentar este Plano aos cidadãos, aos membros da Assembleia, aos Presidentes de Junta para que o entendam melhor, mas não estou a por em causa a qualidade do documento. A bancada da CDU vai votar esta Proposta favoravelmente.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu em primeiro lugar ao Senhor deputado **Matos Cunha**, dizendo que o documento que foi distribuído refere um conjunto de acções, que foram levadas a efeito e Chaves em comparação com outras cidades foi a que teve maior participação dos cidadãos nos diversos fóruns; é o primeiro documento a ter um envolvimento efectivo da população, o que não invalida que se possa fazer um documento mais sintetizado.

O **Senhor Presidente da Junta de Vidago** fez uma pergunta sobre a Ciclovia. Apesar de não constar do Plano da Agenda 21 faz parte de projectos a candidatar pelo Município ao novo Quadro Comunitário de Apoio.

DEPUTADO LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PS – usou novamente da palavra para propor que o documento da fase seguinte da Acção da Agenda 21, o chamada Plano de Seguimento – Definição dos Indicadores para a Monitorização da Aplicação do Plano e Sustentabilidade – seja muito simples, esquemático e seja amplamente divulgado de forma a permitir ao cidadão seguir a acção do Plano.

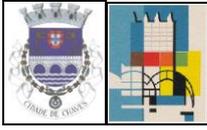
Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento do convite que lhe foi entregue, endereçado pelo Senhor Presidente da Associação de Municípios do Alto Tâmega, extensivo a toda a Assembleia, para a apresentação do Projecto denominado “Caracterização do Municípios do Alto Tâmega – Construção e Edificação do Atlas “Guia das Rotas do Alto Tâmega” no dia 27 de Setembro de 2007, no Auditório do GATAT, com a presença dos Senhores Presidente da CCDRN e Governador Civil de Vila Real.

PONTO 4 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA. INFORMAÇÃO Nº. 148/DRO/2007;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que este documento propõe uma alteração a uma Proposta do executivo camarário, feita em 1998, aprovada por este Órgão, na qual se solicitava aos respectivos moradores uma série de documentos, como prova de residência, passando agora a exigir-se apenas a fotocópia do Registo de Propriedade da viatura e da Carta de Condução.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 5 - APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJECTO DE REGULAMENTO DE OBRAS E TRABALHOS NO SUBSOLO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL. PROPOSTA N.º 84/GAPV/07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta Proposta esteve em discussão pública, no sentido de obter contributos para que a Autarquia fique provida de um Regulamento de Obras e Trabalhos no subsolo. Dessa consulta resultaram algumas sugestões ou observações, nomeadamente das Empresas EDP, e ANACOM e ainda dos Senhores Engenheiros Cíveis José Ferreira Castro e Ana Margarida Chaves e do Senhor Fernando José Magalhães.

A EDP colocou a seguinte questão: Esta Empresa tem um contrato de concessão e também tem de obedecer às disposições aplicáveis? A resposta é que tem de obedecer às regras ali especificadas, desde que as obras a executar não estejam abrangidas pelo contrato de concessão; às observações apresentadas pela ANACOM também foi dada a correspondente resposta. De salientar as sugestões apresentadas pela Senhora Engenheira Ana Margarida Chaves que participou activamente na elaboração deste documento, o que agradecemos.

As participações havidas permitiram a versão final do documento em apreciação.

DEPUTADO FERNANDO ALVES DE CARVALHO do PS - perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se os trabalhos no subsolo e executar pela Autarquia também estão sujeitos a este Regulamento. Chamou a atenção para o mau estado em que se encontram os passeios da E.N 2 em Vidago, cujas obras estão a decorrer.

DEPUTADA ANA MARGARIDA VAZ ALVES CHAVES do PS – disse que cada vez mais há uma procura da utilização do subsolo, em proveito próprio, nomeadamente pelas empresas de electricidade, gás, telecomunicações e outras e que lhes parece legítimo regulamentar a sua utilização, com o sentido de ordenar e disciplinar o seu uso e definir as contrapartidas para o Município, dentro do princípio utilizador/pagador.

Em sede de inquérito administrativo do Regulamento entendeu, em conjunto com o seu colega Eng.º José Castro, como cidadãos atentos, pronunciarem-se e dar o seu contributo na clarificação de questões de cariz técnico e de segurança, da proposta apresentada pela Câmara, nomeadamente: **1** - deveria ser clarificado e definido com maior rigor, o que se entendia por reposição provisória do pavimento. A Autarquia acolheu a sugestão acrescentando o nº. 4 ao art. 17º; **2** - melhor acolhimento na circulação dos peões quando, nas travessias, metade da faixa de rodagem se encontra interdita por abertura de valas, alterando a redacção do nº. 3 do art. 18ª; **3** - foi aceite e alterado o nº. 4 do art. 18º com a sugestão sobre a avaliação de risco das escavações junto de muros ou paredes de edifícios contíguos, aquando da abertura de valas ou trincheiras; **4** – no nº. 2 do art. 19, quando as terras provenientes das escavações para a abertura de valas ou trincheiras não fossem adequadas para a execução do aterro a Autarquia tinha proposto a sua substituição por areão, areia ou outras que dêem garantias de boa compactação. Como estes materiais não permitem uma boa compactação foi dada outra redacção tecnicamente mais correcta a este número; **5** – a Autarquia não teve o mesmo entendimento relativamente à sugestão apresentada, no que respeita à obrigatoriedade de ser a empresa responsável pela execução da obra, a rectificar os defeitos verificados na mesma. Terminou dizendo que a sua bancada vai votar favoravelmente esta Proposta.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** reiterou os agradecimentos à Senhora deputada Ana Margarida Chaves pelo contributo que deu a este Regulamento, que é passível de actualização, desde que as técnicas se alterem.

Relativamente à pergunta feita pelo Senhor deputado Fernando Carvalho, informou que a Autarquia vai cumprir o Regulamento.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 - ALIENAÇÃO, MEDIANTE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO, DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITUADOS NA FONTE DO LEITE, E DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJECTO URBANÍSTICO, O QUAL DEVERA CONTEMPLAR UMA ZONA COMERCIAL E UM CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES; - ESCLARECIMENTO DÚVIDAS SURGIDAS NA INTERPRETAÇÃO DOS ELEMENTOS PATENTEADOS; - RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS. - RATIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO MUNICIPAL. PROPOSTA Nº 85/GAPV/07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta Proposta vem no seguimento da que foi aprovado na última sessão da Assembleia Municipal sobre a alienação de dois prédios urbanos sitos na Fonte do Leite.

Levantaram o processo treze grupos económicos e o prazo para apresentação das propostas termina no próximo dia 28 de Setembro em curso. Houve pedidos de esclarecimentos por parte de alguns interessados no procedimento, aos quais foi dada a devida resposta, não só aos que a solicitaram, mas a todos os concorrentes. Essa situação foi levada à reunião do executivo e vem agora para sancionamento da Assembleia.

Os esclarecimentos pedidos foram a dois níveis: **1** – Obrigatoriedade de instalar o Centro Comercial nos terrenos a disponibilizar pela Câmara; a Autarquia respondeu que não – podem implantá-lo na área que melhor entenderem. **2** – Direito de reversão a favor da Autarquia, face ao eventual incumprimento das obrigações contratuais por parte do adjudicatário. A resposta dada foi que a previsão do direito de reversão constante do art. 9º do Regulamento, a favor da entidade administrativa, nos termos previstos, não invalida o reconhecimento a favor do adjudicatário, do direito de resolução do contrato previsto no art. 432 e seguintes do Código Civil, verificando-se causa ou circunstância superveniente que não lhe possa ser assacada e que, impossibilite, simultaneamente, a execução do próprio contrato.

DEPUTADO ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – usou da palavra para dizer que o seu Partido, mantém sobre esta questão, as reservas que apresentaram na Assembleia Municipal realizada no passado mês de Junho, na qual denunciaram algumas lacunas.

Um projecto desta natureza e desta dimensão merecia um estudo exaustivo por parte dos Técnicos da Câmara, de maneira a que não surgissem dúvidas aos concorrentes. Para agilizar o processo o Partido Socialista vai votar favoravelmente.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que efectivamente surgiram essas dúvidas agora colocadas a esta Assembleia, o que é normal, aguardando-se o resultado do respectivo concurso.



Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7 - DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A VIGORAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008. PROPOSTA Nº. 93/GAPV/2007;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o Município de Chaves entendeu manter as taxas do Imposto Municipal sobre imóveis – 0,8% para prédios rústicos, 0,75% para prédios urbanos e 0,35% para os prédios avaliados nos termos do CIMI - essencialmente por duas razões:

1 - Porque nos parece que as taxas que têm vindo a ser praticadas são equilibradas e se compararmos os Municípios do País, em particular os que têm uma dimensão igual ou próxima do nosso, verificamos que, em média, Chaves é dos que tem as taxas mais baixas, nomeadamente a de 0,35% que é a que mais influência tem na arrecadação de receita.

2 - A receita aumentou não porque as taxas subiram mas porque a avaliação e o número de prédios registados também aumentou; em termos de orçamento as receitas previstas são calculadas, obrigatoriamente, com base nos vinte e quatro meses anteriores.

Em 2006 apresentámos uma Proposta à CNAPU de novos zonamentos e novos índices de localização, que está a ser analisada e esperamos que a decisão nos seja comunicada até ao final do corrente ano. Essa proposta, que todos conhecem porque foi distribuída a todos os membros da Assembleia, reduz substancialmente, a base de avaliação dos prédios. Se for aprovada, como esperamos, os munícipes pagaram menos.

Independentemente das considerações feitas pelo Partido Socialista na conferência de imprensa que deu, quero informar esta Assembleia que nem eu, nem o Senhor Vice-Presidente da Câmara nos deslocámos ao Luxemburgo. Essa questão das viagens foi, no meu entender, de muito mau gosto, sobretudo quando a questão em causa era o IMI.

No contexto de uma média de 33 milhões de euros de receitas arrecadadas, o IMI represente apenas, um milhão e meio de euros anualmente. Fazer das taxas do IMI o grande volume de receitas da Autarquia é realmente desconhecer o seu funcionamento.

É legítimo para quem está na oposição pugnar pela redução dos impostos; nós não estamos na fase de os subir mas sim de os manter, o que me parece extremamente positivo. É uma taxa justa e que beneficia os cidadãos.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – disse que seu entender a Proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do PS na Câmara era equilibrada tanto para a Autarquia como para os cidadãos, essencialmente devido à questão do agravamento dos juros no crédito à habitação; em 2005 os juros estavam a 2% e hoje estão a 4%. No seu entender essa proposta iria promover alguma discriminação positiva nas freguesias porque referia um conjunto de minorações da taxa para as freguesias que perderam população nos últimos tempos.

“Feita a análise à forma como a Autarquia tem tratado o “dossier IMI”, desde 2004, concluímos que houve uma total falta de estudo, de preparação e de preocupação quanto à implicação da reforma do património e mais concretamente quanto ao novo código do IMI e suas implicações sociais. Lembro a «trapalhada» da análise da proposta de zonamento para a atribuição dos coeficientes de localização que, em



Março de 2004 veio para a Câmara, mas não se pronunciou sobre ela; passado um ano – Junho de 2005 – apresentou uma proposta sobre a posição do Município, quanto aos coeficientes de localização.

Verificamos também que há uma total incoerência quanto ao discurso político, na redução das taxas. Em 2006, na altura da aprovação das taxas, o Senhor Presidente da Câmara disse que a justificação para o PS ter apresentado uma proposta que baixava para 0,70% nos prédios urbanos e 0,30% nos prédios urbanos avaliados nos termos do novo código, não tinha fundamento porque a receita arrecadada em 2005, incidiu sobre uma taxa de 0,50%, (o que é verdade), e só se podia saber o resultado da aplicação da taxa em 0,35%. Em Abril de 2007 soubemos que de 2005 para 2006 as receitas aumentaram em 20%; afinal os argumentos dos Senhores Vereadores do PS tinham razão, ao preverem, de uma forma racional e objectiva que a receita iria aumentar. Verificamos que a receita aumentou e a decisão da Câmara continua em não descer as taxas.

O IMI é um imposto cujas receitas revertem na sua totalidade para a Autarquia, bem como o IMT. Numa altura em que as famílias estão endividadas, com as taxas de juro tão elevadas, seria de bom-tom a Autarquia dar um sinal de solidariedade e baixar em 5% as duas taxas do IMI – 0,75 e 0,35%.

Desde 2003 – ano de publicação do Decreto-Lei que implementou o novo código – até 2006, as receitas do IMI subiram 80% - de 966.293,00€ em 2003 subiram para 1.732.000,00€ em 2006.

Terminou perguntando ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: 1 - Se tem ou não a certeza que a proposta de alteração dos coeficientes de localização será, ou não, favorável aos flavienses? 2 - Explique como é que a alteração dos coeficientes de localização vai fazer com que o IMI a pagar seja menor nos imóveis já avaliados? 3 – Como é que chegou à conclusão que a taxa de 0,35% - imóveis avaliados - é a mais significativa em termos de receitas para a Autarquia, actualmente. Segundo dados que consegui recolher têm sido avaliados, em média, cerca de mil imóveis por ano, no Concelho de Chaves; ora 2004, 2005 e 2006 são três mil, provavelmente quatro mil imóveis, mas o Concelho tem 35 mil, o que significa que 31 mil incidem sobre a outra taxa.

A proposta do PS de baixar os impostos não é demagógica. O Governo diz que não se podem baixar os impostos porque estamos perante uma grave crise orçamental. Então se o Senhor Presidente diz que não pode baixar os impostos porque o Governo diz que não é altura de os baixar, assumo aqui que a Câmara está perante uma grave crise orçamental e por esse motivo não pode baixar os impostos”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que esta Assembleia Municipal também terá de se pronunciar sobre a questão da participação na colecta do IRS; outras já o fizeram, provavelmente Chaves está a deixar para Dezembro.

É evidente que a sobrecarga de impostos municipais tem aumentado de forma significativa, mas é para mim difícil de entender que seja o Partido Socialista a levantar estas questões. Até parece que não estamos perante o mesmo Partido Socialista que é responsável por um Governo que agravou a carga fiscal, de forma inqualificável; apesar do preço do petróleo continuar a subir também o Governo não prescinde, de aumentar o imposto sobre os combustíveis em Janeiro de 2008. É a chamada solidariedade que só vemos quando estamos na oposição.

Há dados que são objectivos e que são de discussão e a Autarquia tinha obrigação, de trazer a esta Assembleia os dados sobre o IMI. Seria interessante saber que um milhão e setecentos mil euros, que foram colectados, dizem respeito a um núcleo estreito de proprietários. Tive acesso a alguns dados do Município de Vila Real e verifiquei que há um núcleo de 5 a 10% de contribuintes que são responsáveis por



oitenta a noventa por cento dos impostos municipais – são os munícipes de rendimentos elevados; o essencial da tributação do IMI vai reflectir-se nas pessoas que têm os imóveis de maior valor e é necessário não fazer demasiada demagogia nesse aspecto porque, uma redução do IMI de 0,5% pode corresponder a largas centenas de euros para quem tem imóveis de valores elevados e corresponde a uma pequeníssima fatia para a maioria dos contribuintes.

Só podemos entender a discussão se tivermos presentes os respectivos dados. Eu não tinha essa noção antes de fazer uma discussão sobre esta situação. A Câmara diz que este imposto é insignificante no contexto da receita, mas não o é; tem um significado importante. Mas também é importante mencionar que o Governo está a estrangular financeiramente as Autarquias com as actuais leis e empurra-as para o ónus de ter de subir os impostos municipais. Se quisermos fazer uma discussão sem grandes demagogias temos de ter presentes esses dados. Vai haver um momento em que, quem está a pagar a prestação da casa, ficando isento durante determinado número de anos, mesmo não mexendo no IMI dos prédios novos, não é necessário mexer no imposto para que as receitas subam. Isso é que será de discutir com seriedade e honestidade.

Normalmente só ouvimos o que nos convém. É verdade que o IMI de 0,35% está abaixo da média nacional; Vila Real tem a taxa de 0,45% e na discussão deste assunto na Assembleia Municipal chegou-se à conclusão que se descessem 0,5% iriam beneficiar essencialmente 100 proprietários de grandes imóveis. É necessário que a Autarquia encontre a melhor forma de distribuir as taxas municipais, incluindo o IMI e IMT, de forma a beneficiar os que têm menos posses.

Sendo o Partido Socialista responsável pela grande carga fiscal dos contribuintes, não se entende a sua intervenção.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que quando em 2003 foi publicada a lei do Imposto Municipal sobre Imóveis se geraram alguns movimentos regionais nos quais participou para contestar algumas das situações que este imposto contemplava. Depois de várias reuniões concluiu-se que este era um assunto de âmbito municipal e que deveria ser tratado a nível de concelho.

Quando em 2006 apoiei a Proposta da Câmara Municipal em manter 0,75% para os prédios anteriores e 0,35% para os prédios avaliados no âmbito do novo Código, não estava errado; hoje, depois de passado um ano, constato que efectivamente estava certo na posição que defendi sustentavelmente. Para isso basta analisar os dados estatísticos, a nível nacional e a nível regional e basta só olharmos para o Distrito de Vila Real, em que a média da taxa é de 0,75% para os prédios anteriores e de 0,36% para os avaliados pelo IMI.

Os valores da Proposta em análise situam-se abaixo da média praticada nos catorze concelhos Distrito; em nove deles é mesmo praticada a taxa máxima de 0,80%; há dois que praticam a taxa de 0,75%; há outros dois que aplicam 0,70% e o de Mondim de Basto que pratica a taxa de 0,60%.

A bancada do Partido Social - Democrata concorda com a Proposta apresentada para 2008. É efectivamente importante a revisão do zonamento e respectivos índices de localização, porque esses são os que podem vir a influenciar o valor das taxas em vigor. Concordamos com as majorações propostas para os edifícios degradados, que já vigoravam e que vão contribuir para a recuperação do património, oferta para arrendamento e consequente regresso de população aos centros urbanos. Em 2007, a nível nacional, dois terços das câmaras cobram entre 0,70 e 0,80% e 67% dos municípios cobram entre 0,40 e 0,50% de taxa nos prédios avaliados no âmbito deste código. Há determinado valor e há situações em que os municípios não



têm qualquer poder de influência, primeiro porque esses mesmos valores são estipulados por lei a nível nacional; iniciaram com 600,00€ por m². É por isso que os zonamentos e os índices de localização influenciam, efectivamente, os valores da taxa do IMI. Para os imóveis que entretanto foram avaliados e afectados haverá, certamente, processos de reavaliação, mas concerteza que serão morosos. Terminou dizendo que vão votar favoravelmente a Proposta.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, agradeceu as intervenções que foram feitas pelos Senhores deputados, nomeadamente a que foi feita pelo Senhor deputado João Miranda Rua que permitiu esclarecer que as taxas são determinadas por lei, a nível nacional, e a importância dos índices de localização e das zonas para a avaliação.

- O Senhor deputado **Júlio Alves** referiu uma série de questões que me permitem dizer o seguinte: **1. Agravamento das taxas de juro.** A Autarquia não é responsável por essa matéria; **2. Zonas rurais.** A proposta apresentada pelo Partido Socialista tem o efeito contrário daquilo que pretende, porque nas aldeias há muitas casas que estão abandonadas por pessoas que vivem na cidade. Se pagarem menos imposto, o abandono tenderá a aumentar.

Eu nunca referi o montante da cobrança total relativa a 2007 porque não é possível. É impossível ao executivo, dentro dos prazos que a Lei exige para apresentar a taxa a vigorar no ano seguinte, saber o valor da receita arrecadada nesse ano. A estimativa tem de ser feita sempre em função da gerência do ano anterior.

Quando o Senhor deputado diz que o IMI e o IMT é 100% para a Câmara, esclareço que o estado cobra uma percentagem alta pela sua liquidação – cerca de cem mil euros no Município de Chaves.

A receita na Autarquia não subiu porque as taxas subiram, mas sim porque houve mais prédios registados e avaliados e é curioso verificar que no ano em que tivemos a taxa mais alta foi quando arrecadamos menos receita.

Sobre as perguntas que o Senhor deputado me fez passo a responder: 1 - O Município de Chaves fez uma Proposta à Comissão de Avaliação (CNAPU), mas não posso vir aqui afirmar que vai ser efectivamente aprovada, porque não sou eu quem decido – é essa Comissão. A Proposta dos zonamentos em vigor desde 2004 tem um tecto máximo de 1,2% e um mínimo de 0,35%; a Proposta feita pelo Município foi de um máximo de 1% e um mínimo de 0,35%; actualmente existem nove zonas e propusemos uma redução para cinco. Aguardamos e desejamos a sua aprovação porque isso vem beneficiar os cidadãos do nosso Concelho.

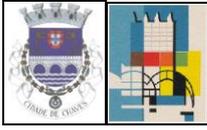
Sabemos que a taxa de 0,35% é hoje a que recolhe mais receitas, porque os prédios avaliados antes de 2004, o eram genericamente por um valor inferior ao real. Hoje isso não acontece e quando são vendidos, esses prédios são avaliados em função do novo código.

2 – Todos os prédios podem vir a ser reavaliados, desde que autorizado pelo respectivo dirigente da Repartição de Finanças, mas também sempre que um prédio é vendido. 3 – O Município de Chaves está em crescimento e desenvolve-se.

A crise que o Senhor deputado vaticinou não existe.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu a questão dos proprietários. Relativamente ao IMI, um empreiteiro fazia um prédio com vinte apartamentos e só pagava o imposto quando vendia; agora isso mudou. Logo que o prédio fica concluído, é devidamente registado nas Finanças e o empreiteiro começa a pagar imposto municipal, continuando a pagar até vender todos os apartamentos.

As isenções são especificadas na Lei. As aquisições por valor inferior a cento e cinquenta mil euros estão isentas do pagamento do IMI durante seis anos; entre



cento e cinquenta mil e duzentos e vinte e cinco mil euros tem isenção de três anos; as casas com um valor superior não têm isenção.

Quanto ao IRS disse oportunamente nesta Assembleia que em Chaves vamos receber a totalidade da participação nesse imposto, independentemente da decisão que possam tomar outros Municípios do País. Em Chaves não se cobra derrama. Só lançaremos este imposto quando for permitido serem só os bancos, as seguradoras e as grandes superfícies a pagar.

A Câmara de Chaves vai aplicar o montante do IRS em causa em Educação e Acção Social.

DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – usou novamente da palavra para dizer que, na revisão dos coeficientes de localização, a Câmara tem um interlocutor que a representa e essa pessoa pode e deve informar o Executivo dos possíveis conflitos que haja para descida de alguns índices.

“Para beneficiar os mais carenciados e penalizar os que melhor podem pagar é descer a taxa dos prédios que ainda não estão avaliados. É minha plena convicção que a manterem-se estas taxas, ou mesmo que venham a ser reduzidas para 0,70% / 0,65%, e do novo código até para os mínimos, muito provavelmente, no ano de 2013 a Autarquia deve arrecadar cerca de cinco milhões de euros de receita de IMI. Isto porque antigamente as pessoas tinham dez anos de isenção e as últimas que pediram essa isenção foi em 2003, e os que tiveram isenção de seis anos, em 2009 também já estão a pagar”

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado que as suas contas são legítimas, mas se o IVA em vez de ser a 21% fosse a 19% beneficiávamos todos os cidadãos do País e aqui não havia ricos nem pobres, mas isso não é determinado por nós.

Quanto à questão dos interlocutores esclareço que o Senhor Eng.º. Inácio é funcionário da Autarquia mas está nomeado como perito pelas Finanças. Na Câmara Municipal temos a Senhora Engenheira Conceição Martins que tem formação, dada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, nesta matéria e está habilitada a representar o Município junto da CNAPU.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 47 votos a favor, 13 votos contra e 2 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – fez um reparo pelo facto de os trabalhos não terem terminado e haver apenas 62 presenças na sala, chamou a atenção dos líderes dos respectivos Grupos, bem como os Senhores Presidentes das Juntas, para o facto.

O SENHOR DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou neste momento da palavra, na qualidade de Presidente do Grupo Municipal do PSD, para dizer que concorda, na íntegra com o reparo feito. Que a Mesa é soberana na condução dos trabalhos, mas que não via inconveniente que se marcassem falta aos deputados que se ausentaram, com excepção dos que justificaram as faltas.

PONTO 8 - ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL – BAIRRO DOS FORTES E BAIRRO DE CASAS DOS MONTES. PROPOSTA Nº 92/GAPV/07;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, informou que a Câmara Municipal recebeu em 2004 diversas habitações sociais que eram património que pertencia ao IGAP.



Entretanto houve todo um processo de transmissão da propriedade desse património entre aquele Instituto e a Autarquia.

É nosso entendimento que todas as pessoas têm o direito de ter casa própria, dentro das normas estabelecidas e ao longo destes anos foram-nos chegando alguns pedidos dos moradores, para aquisição – cerca de trinta. Poderíamos vender casa a casa e não seria necessário trazer o assunto a esta Assembleia, mas como é um património municipal, com um valor de cerca de cinco milhões de euros, o Executivo entendeu, por bem, pedir uma autorização genérica para que, caso a caso, e dentro dos moldes indicados na Proposta em análise, possamos alienar património às pessoas que o solicitem.

Temos feito um trabalho circunstanciado de análise de pessoas que tinham casas e não as ocupavam, porque entretanto construíram ou adquiriram noutros locais, o que nos permitiu disponibilizar algumas habitações. Para isso tivemos a colaboração do Hospital Distrital de Chaves, relativamente às casas de função e esse trabalho tem-nos permitido repor situações de inteira justiça.

Qualquer pessoa que queira ter uma casa própria e tenha os meios necessários, devemos dar-lhe essa oportunidade e é isso que solicitamos a esta Assembleia Municipal.

DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – disse que o Bairro dos Fortes, onde reside, já tem acima de vinte anos. Nos doze anos de gestão do Partido Socialista esteve votado ao abandono porque ali nada foi feito. Com a gestão do Partido Social - Democrata já foi feita uma plantação acentuada de árvores, foram arrançados e melhorados os espaços verdes, foi construído um Polidesportivo que falta terminar; não está pintado e necessita de pequenas obras, que pediu sejam feitas.

Por falta de manutenção durante os doze anos de gestão socialista o pavimento deteriorou-se e pediu a repavimentação das várias artérias do Bairro, para melhorar a circulação interna. Houve empresas que abriram valas e não fizeram a reposição devida. Pediu também o reforço da electrificação do Bairro.

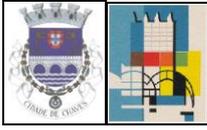
Disse que há muitas pessoas interessadas na aquisição das casas, o IGAP fez várias tentativas para a venda dos imóveis, mas não conseguiu; muitos dos moradores são pessoas de fracos recursos e não têm possibilidade de comparar a sua habitação. Disse estar de acordo com a transmissão do património para a Câmara, mas que há situações que é necessário ter em conta. As portarias estão muito degradadas, há habitações com muita humidade porque as coberturas são em lusalite, que tem uma duração limitada.

Terminou sugerindo que uma parte do dinheiro procedente da venda seja utilizada na melhoria das edificações deste Bairro Social.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU - usou da palavra para dizer que com a alienação de uma parte do património não cessa a responsabilidade pela conservação do restante. Desejou que o processo de alienação seja feito com o máximo de transparência e recordou que existe um histórico antigo de cedência de património por preços simbólicos, de má memória, que não se devem repetir.

DEPUTADO JORGE AMÉRICO DA FONSECA do PS – respondeu ao Senhor deputado José Pimentel Sarmiento que, na gestão Socialista nunca houve falta de limpeza e foram tratadas as zonas verdes e os acessos do Bairro Social dos Fortes.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que não consta da Proposta em análise a avaliação casa a casa. Constam sim os valores de 2004, quando o



património passou para a Autarquia e a avaliação actual validada pelo Revisor Oficial de Contas, variando os valores ente 22 mil e 35 mil euros. Não são preços simbólicos mas sim reais. Os documentos estão disponíveis para quem os quiser consultar.

Em relação à questão da transparência referida pelo Senhor deputado **Manuel Cunha**, esclareço que o arrendatário da casa é o primeiro a ter direito à compra, nas condições expressas. A Lei também prevê que possam ser outras pessoas, a quem as casas possam ser transmitidas, a adquiri-las e isso será devidamente analisado.

Sobre a intervenção feita pelo Senhor deputado **Pimentel Sarmento** informo que a Câmara continuará a ser responsável absoluta pelos espaços exteriores e pela manutenção da limpeza no Bairro.

Sobre as reparações das habitações em si, a Câmara, cumprirá a Lei do Condomínio: procederá à reparação das casas, na medida das habitações que lhe pertencerem. Os proprietários também têm obrigação de participar.

A Câmara recebe as rendas actuais e foram dadas indicações ao Sector Financeiro para programar uma percentagem desse valor para intervenções no Bairro.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou a Exma. Assembleia que quando foi concluída a reposição da Muralha, um dos proprietários que detinha uma pequena parcela de terreno o vedou com arame. A Autarquia está interessada em comprar, mas não pelo valor que lhe é pedido.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** - leu um requerimento do Grupo Municipal do Partido Socialista que diz: “ A Direcção Municipal do Grupo Municipal do Partido Socialista, no uso dos poderes que lhe foram confiados vem pedir a descrição nominal e específica de todas as obras efectuadas pelas máquinas dos Serviços Operativos Municipais, bem como o local e os dias em que estiveram presentes nas Juntas de Freguesia do Concelho de Chaves durante o ano civil de 2005, 2006 e primeiro semestre de 2007”.

A Mesa aceitou o requerimento.

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Mesa encerrou a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____